

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2020

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

No primeiro semestre de 2020, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento a demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, ao longo do período, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do Programa Inovacred e com recursos do FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo. Além disso, foram utilizados recursos do FEMPO – Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores e do Programa Fomenta Maricá, voltado para micro e pequenas empresas do município. O objetivo principal dos financiamentos foi apoiar os negócios fluminenses no momento de crise observado em

decorrência das medidas restritivas impostas para a contenção da pandemia do novo Coronavírus, mantendo sua atividade econômica e os empregos vinculados.

3. Panorama Econômico

O cenário internacional no ano de 2020 mostra-se bastante tumultuado devido à pandemia do COVID-19. Todas as projeções econômicas feitas no final de 2019 não contavam com o impacto generalizado do vírus. As medidas de isolamento social afetaram fortemente a oferta e a demanda por bens e serviços, desorganizando as relações de trabalho, de comércio e de crédito. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deve encolher 3% esse ano. No mercado de trabalho, a perspectiva é de forte aumento do desemprego. A isso, soma-se o acirramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China e o clima de incerteza trazido pela eleição americana.

Em vista da situação única que se encontra o mundo, a economia brasileira não estaria diferente. Segundo o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (BCB) de 07 de agosto de 2020, a projeção de queda da economia brasileira é de 6,10%. Assim como em outras partes do mundo, as políticas econômicas vêm sendo intensamente mobilizadas, incluindo a redução substancial dos juros ao patamar mais baixo da série histórica e o direcionamento da política fiscal para aliviar a súbita perda de renda pelas famílias. Além disso, o governo vem adotando medidas para garantir empréstimos às empresas de modo a permitir a manutenção do emprego e a preservação dos negócios. Todas as pautas reformistas foram paralisadas no congresso nesse momento.

A recuperação do mercado de trabalho, que se mostrava de forma gradual, apresentou oscilações preocupantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa oficial de desemprego no Brasil subiu para 12,9% no trimestre encerrado em maio, atingindo 12,7 milhões de pessoas, com um fechamento de 7,8 milhões de postos de trabalho em relação ao trimestre anterior. Além do aumento do desemprego, a crise da COVID-19 e o cenário de recessão também tiveram forte impacto na ocupação, informalidade e população subutilizada. O primeiro

semestre de 2020 foi fechado com a destruição de 1.198.363 postos de trabalho, segundo o Ministério da Economia.

Em relação à política monetária, a inflação fechou o junho em 2,13%, abaixo do limite inferior de 2,5%. Entretanto, mesmo com as medidas de estímulo econômico do Banco Central, como a taxa SELIC a 2% ao ano, a previsão é de uma inflação abaixo da meta e fora do limite inferior.

Em decorrência dessa situação, o país volta suas preocupações para um problema conhecido que é aumento dos gastos públicos. Pois, assim como diversos outros países já adotaram, medidas governamentais têm sido usadas no intuito de não diminuir, e até mesmo recuperar, a atividade econômica. Essa situação está gerando uma cisão entre grupos do próprio governo, entre os que argumentam sobre a necessidade de intervenção estatal e os que defendem que não há recursos para uma recuperação em massa.

Além das questões que envolvem o cenário nacional, o estado do Rio de Janeiro encontra-se numa situação bastante delicada. Segundo dados da FIRJAN, antes da pandemia, a projeção para o crescimento do PIB do estado era de 1,5%. Contudo, diante dos efeitos imediatos do isolamento social sobre a atividade econômica, a projeção foi revisada. Diante do agravamento do cenário econômico, político e social, a nova projeção da Firjan para o PIB fluminense é de um recuo de 6,4% em 2020, o que será o pior resultado da série histórica.

Com relação ao mercado de trabalho, o Estado do Rio de Janeiro já se encontrava em situação bastante fragilizada, tendo em vista a crise financeira e política instalada nos últimos anos, bem como o desaquecimento do setor de exploração de petróleo. Os efeitos da pandemia somaram-se a este cenário, agravando ainda mais o cenário de desemprego no território fluminense.

Segundo dados do Banco Central, com as restrições legais impostas ao livre funcionamento dos estabelecimentos comerciais em decorrência da pandemia, registrou-se redução significativa do consumo das famílias. Nesse contexto de distanciamento social, o saldo de postos de trabalho eliminados foi de 184.928 no primeiro semestre desse ano, repercutindo negativamente sobre a renda disponível e

a demanda no período. As vendas do comércio ampliado recuaram 19,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre anterior, finalizado em fevereiro, segundo dados da PMC do IBGE, tendo todos os segmentos apresentado retração, com exceção do vinculado à alimentação.

Sob a ótica da oferta, a FIRJAN aponta que a indústria extrativista deve ser um dos setores que mais contribuirá para a queda do PIB fluminense, uma vez que a crise atual afeta o mercado global e, como efeito direto, a retração da economia mundial apresenta impactos na demanda por óleo e gás. Já o setor de Serviços, muito dependente da conjuntura econômica local, vai sentir de maneira mais intensa os efeitos das medidas restritivas de combate ao COVID-19. Além disso, a atividade do setor está diretamente relacionada ao dinamismo do mercado de trabalho e da massa salarial, por isso os impactos da crise sobre os serviços deverão se estender para o terceiro trimestre.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou um prejuízo de R\$ 778 mil no 1º semestre de 2020, com Patrimônio Líquido de R\$ 474 milhões e ativo total de R\$ 608,8 milhões. Os investimentos em operações de crédito somam R\$ 283 milhões, 59,9% superior ao mesmo período de 2019, composto por 76,5% de recursos próprios e 23,4% com recursos de terceiros.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até duzentos mil reais. O MPO financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 2020 foram apoiados 472 negócios por meio de liberações no valor de R\$ 2.625.376,00 em microcréditos, mais que o dobro que foi realizado em todo o ano anterior.

Em 19 de março foi iniciada a atuação emergencial do microcrédito para o período de pandemia do COVID-19. A fonte de recursos disponibilizada foi o FEMPO, fundo estadual voltado para operações de microcrédito produtivo orientado. Em cerca de três semanas, foram recebidas aproximadamente 18 mil solicitações, que foram tratadas por meio das ferramentas digitais, tendo em vista o cenário de emergência de saúde pública instalado no Estado.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

No primeiro semestre de 2020, foram 309 operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizando R\$ 64,8 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Em 2020, 277 empresas receberam financiamento até 300 mil (representando 66,23% no valor das contratações), 29 financiamentos acima de 300 mil (27,90%) e 3 empresas financiamento de inovação (5,87%).

No primeiro semestre de 2020 o mundo foi assolado pelo Coronavírus (COVID-19), um vírus de fácil transmissão que originou-se na China e afetou diversos países. Muitos governos ao redor do globo tomaram medidas extremas no intuito de conter a doença. Em vista disso, observou-se uma enorme diminuição da atividade econômica global e do comércio internacional. Com o objetivo de conter ou minimizar os danos causados pela retração econômica, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, alinhada com as diretrizes do governo do Estado, buscou apoiar a manutenção dos empreendimentos afetados assim como dos empregos através de condições diferenciadas para operacionalização das linhas de financiamento ao longo do período de emergência em virtude do novo Coronavírus denominado Programa de Apoio Emergencial COVID-19 AgeRio.

Adicionalmente, foi lançado o “Programa Fomenta Maricá” em que a Agência atua como prestadora de serviços na operacionalização de um programa de crédito para apoio a pequenos negócios localizados no município, com recursos oriundos do orçamento municipal. Até 30/06/2020 foram liberados cerca de R\$2 milhões em operações de crédito para cinquenta e oito negócios localizados no município.

4.2.2.2. Investimentos em Participações

No primeiro semestre de 2020, o principal impacto sobre as empresas dos fundos de investimentos que compõem a carteira de participações da AgeRio foi a crise do Covid-19. Essa crise trouxe novas dificuldades para as investidas como queda ou limitação de crescimento de suas receitas, além de adiar novas captações de recursos e operações de vendas. Devido a esse cenário, o Fundo Nascenti – previsto para terminar em junho de 2020 - foi prorrogado pelo prazo de um ano. O setor de audiovisual foi também um dos mais afetados, impactando fortemente os ativos do Funcine Rio 1. Todavia, de forma geral, os impactos negativos foram atenuados por tempestivas medidas de redução de gastos e pela adaptação dos modelos de negócios pelas empresas. Apesar da dificuldade, há, em geral, ainda boas perspectivas de recuperação devido ao perfil altamente tecnológico das investidas e a alguns de seus setores de atuação (*saúde, e-commerce, games, soluções financeiras*) que podem se beneficiar da atual crise.

4.2.3 Operações com Setor Público

A AgeRio é parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro através do crédito para as prefeituras. As operações com setor público representavam 6,67% da carteira de crédito própria da AGÊNCIA em jun/2020, sendo que no 1º semestre de 2020 foram liberados R\$ 2,180 milhões.

5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas

Em 30 de junho de 2020, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 1,7 bilhões, assim composto:

- a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R\$ 283 milhões, um aumento de 11,4% em relação a dezembro de 2019;
- b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R\$ 1,5 bilhão, sendo compostas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREMFL) e Fundo Estadual de

Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO). Em março de 2020 a AgeRio voltou a operar com o FEMPO.

Carteira própria + Carteira administrada

em mil R\$

Fonte	30/06/2020	31/12/2019
Própria CP	60.544	56.542
Própria LP	222.543	197.608
Carteira própria	283.087	254.150
FUNDES	1.507.106	1.496.626
FREMF	-	-
FEMPO	2.078	7
Carteira Administrada	1.509.184	1.496.633
Carteira Geral	1.792.271	1.750.743

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

As decisões são tomadas com base em critérios técnicos e de forma colegiadas, cabendo destacar que no Estatuto Social da Agência estão definidos os seguintes Comitês que compõem a estrutura de governança da empresa: Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Comitê de Crédito e Renegociação, Comitê de Compras e Contratações, Comitê de Investimentos, Comitê de Ética e Comitê de Auditoria. Os Comitês possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, empregados e colaboradores, são pautadas em transparência, princípios éticos e pelo valor da integridade. O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética. A AgeRio possui

Comitê de Ética autônomo instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual nº 43.583/2012. A empresa promove anualmente iniciativas para disseminar, por toda a organização, os preceitos éticos que orientam sua atuação.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013. A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AGÊNCIA.

(R\$ Mil)	30/06/2020
Patrimônio de Referência (PR)	466.819

Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	422.284
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	431.609
- RWA _{CPAD}	322.194
- RWA _{OPAD}	109.414
- RWA _{MPAD}	0
RBAN	965
Limite para Imobilização (LI)	211.142
Índice de Imobilização (II)	0,67%
Índice de Basileia (IB)	97,84%

6.4 Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e padrões éticos e de integridade promovidos pela Agência, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração e estão estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração. Além de ações preventivas, de detecção e remediação, a empresa capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A AgeRio possui Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

A análise da integridade de terceiros é um dos pilares do Programa de Integridade da AgeRio, com foco no pleno conhecimento dos dados cadastrais dos clientes e fornecedores e a análise de sua reputação quanto à integridade e ética.

Em linha com o conjunto de ações para o fortalecimento deste programa, a AgeRio dispõe de um canal de denúncias, que possibilita aos empregados, clientes, fornecedores e público em geral o envio de comunicações de irregularidades ou inconformidades, por meio de ambiente apropriado em seu sítio eletrônico, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

7. Pessoas

Na AgeRio, as relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência, incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade. A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 30 de junho de 2020, 45% do quadro de empregados e 47% das funções estratégicas de primeiro escalão (superintendentes e diretores) eram ocupados por mulheres.

A partir de março, com o cenário externo abalado pela pandemia do novo Coronavírus, a AgeRio se pautou em seus valores para tomar medidas protetivas, zelando pela saúde e pela segurança de seu corpo funcional. Sendo assim, a partir de 20 de março de 2020 a Agência instituiu o teletrabalho como regime preferencial para todos os colaboradores.

Além disso, no escopo da crise provocada pela pandemia, a AgeRio optou por zelar pelo bem-estar, conforto e estabilidade financeira de seu corpo funcional, e não adotou a redução da jornada com redução salarial, a suspensão temporária de contratos, e antecipação de férias por parte da empresa, permitidas pela MP 927.

Em âmbito interno, a Agência criou canais de comunicação e escuta como podcast diário de informações, boletim mensal e encontros virtuais com seus colaboradores, buscando atenuar os efeitos do distanciamento e possibilitar maior sinergia, alinhamento de nível informacional, percepção de coletividade, segurança e bem-estar. Apesar do isolamento, a Agência manteve-se plenamente operacional e

atuante no cumprimento de sua missão institucional no apoio aos negócios fluminenses.

A Administração



Russell Bedford
taking you further

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao 1º semestre de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Acionistas da

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (“Agência” ou “AgeRio”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da **Agência** em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especiais, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Agência** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfases

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **Agência** foram elaboradas pela Administração da **Agência** para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Mudança na apresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BCB nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da **AgeRio**. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a **AgeRio** realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, destacadas a seguir: (i) As contas do Balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário; (ii) Os saldos do Balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo semestre do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; (iii) Inclusão da Demonstração do resultado abrangente; (iv) Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A **AgeRio** elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório separado, não contendo qualquer modificação, com data de 31 de agosto de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da **Agência** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Agência** de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Agência** e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **Agência** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013, e regulamentações complementares do BCB, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



Russell Bedford

taking you further

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Agência** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Agência** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Dados: 2020.09.16 16:35:14 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

A T I V O

P A S S I V O

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	105.235	297.375
DISPONIBILIDADES	26	38
Caixa	2	2
Bancos	24	36
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4 30.651	227.176
Letras do Tesouro Nacional	-	201.728
LFT	10.656	10.472
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	9
Cotas de Fundos de Investimentos	19.187	13.916
Cotas de Fundos em Participação	806	1.051
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5 51.236	44.759
Operações de Crédito	60.544	56.542
- Setor Privado	55.928	51.860
- Setor Público	4.616	4.682
(Provisão para Operações de Crédito)	(9.308)	(11.783)
OUTROS CRÉDITOS	6 3.255	2.838
Diversos	3.255	2.838
OUTROS VALORES E BENS	20.067	22.564
Bens não de Uso Próprio	7 28.729	28.729
Impairment de Bens não de Uso	(9.251)	(6.664)
Despesas Antecipadas	589	499
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	493.546	259.783
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4 284.893	82.684
LFT	49.546	48.693
NTN	85.372	-
Letras do Tesouro Nacional	110.836	-
Cotas de Fundos em Participação	38.218	33.059
Cotas dos Fundos Garantidores	389	410
Vinculados à Prestação de Garantias	532	522
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5 206.472	175.713
Operações de Crédito	222.543	197.608
- Setor Privado	208.280	183.517
- Setor Público	14.263	14.091
(Provisão para Operações de Crédito)	(16.071)	(21.895)
OUTROS CRÉDITOS	6 2.181	1.386
Créditos Tributários	2.181	1.386
PERMANENTE	10.050	11.308
IMOBILIZADO DE USO	8 2.850	3.281
Edificações	8.865	8.865
Instalações	6	6
Móveis e Equipamentos	916	916
Sistema de Comunicação	49	48
Equipamento de Processamento de Dados	2.034	1.984
Depreciações Acumuladas	(9.020)	(8.538)
INTANGÍVEL	9 7.200	8.027
Licença e Direitos Autorais de Uso de Software	13.984	14.272
Amortização Acumulada	(6.784)	(6.245)
TOTAL	608.831	568.466

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	81.098	46.546
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10 19.208	18.512
BNDDES	4.901	6.023
FINAME	887	1.489
FINEP	11.274	11.000
FUNGETUR	326	-
CEF	1.820	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	1
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11 61.890	28.033
Sociais e Estatutárias	7.200	7.200
Fiscais e Previdenciárias	3.906	1.980
Recursos para Destinação Específica	40.959	6.619
Diversas	9.825	12.234
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	53.714	47.123
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10 53.714	47.123
BNDDES	3.812	5.772
FINAME	1.269	1.670
FINEP	36.255	39.681
FUNGETUR	4.159	-
CEF	8.219	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12 474.019	474.797
CAPITAL SOCIAL	468.949	468.949
Capital Social	468.949	468.949
RESERVAS DE LUCROS	5.848	5.848
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(778)	-
TOTAL	608.831	568.466

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Assinado de forma digital por ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Dados: 2020.09.14 14:50:53 -03'00'

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Assinado de forma digital por VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Dados: 2020.09.14 11:09:57 -03'00'

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

TATIANE DUTRA ROSA
Assinado de forma digital por TATIANE DUTRA ROSA
PERES:08619219766
Dados: 2020.09.11 18:38:20 -03'00'

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 CPF: 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

	30/06/2020	R\$ mil 30/06/2019
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>19.957</u>	<u>25.748</u>
Receita de Operações de Crédito	9.404	7.370
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	10.382	18.347
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	171	31
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(2.383)</u>	<u>(2.363)</u>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.239)	(1.556)
Provisão para Operações de Crédito	(1.144)	(807)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>17.574</u>	<u>23.385</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(13.461)</u>	<u>(13.300)</u>
Receita de Prestação de Serviços	6.698	7.125
Despesa de Pessoal	(14.980)	(14.731)
Outras Despesas Administrativas	(3.961)	(4.151)
Despesas Tributárias	(1.444)	(1.694)
Outras Receitas Operacionais	465	160
Outras Despesas Operacionais	(239)	(9)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>4.113</u>	<u>10.085</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(2.588)</u>	<u>(266)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<u>1.525</u>	<u>9.819</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(2.301)</u>	<u>(4.290)</u>
Provisão para Imposto de Renda	(1.243)	(2.645)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(1.058)	(1.645)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	<u>(2)</u>	<u>-</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(778)</u>	<u>5.529</u>
por ação do capital social	<u>(0,00)</u>	<u>0,03</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Assinado de forma digital por ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Dados: 2020.09.14 14:49:06 -03'00'

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Assinado de forma digital por VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Dados: 2020.09.14 11:18:44 -03'00'

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Dir. de Controladoria, Risco e Compliance

TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Assinado de forma digital por TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Dados: 2020.09.11 18:43:00 -03'00'

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 CPF: 086.192.197-66



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 - em R\$ mil
CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

	R\$ mil	
	30/06/2020	30/06/2019
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(778)	5.529
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(778)	5.529

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Assinado de forma digital por ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Dados: 2020.09.14 14:46:48 -03'00'

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Assinado de forma digital por VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Dados: 2020.09.14 11:16:32 -03'00'

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Assinado de forma digital por TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Dados: 2020.09.11 18:42:10 -03'00'

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 CPF: 086.192.197-66



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 - em R\$ mil
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 31/DEZ/18	468.949	2.132	1.012	0	472.093
Resultado Líquido do Período				5.529	5.529
Destinações					-
Constituição de Reservas		276		(276)	-
SALDOS EM 30/JUN/19	468.949	2.408	1.012	5.253	477.622
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	276	-	5.253	5.529
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	0	474.797
Resultado Líquido do Período				(778)	(778)
Destinações					-
Constituição de Reservas					-
SALDOS EM 30/JUN/20	468.949	2.492	3.356	(778)	474.019
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(778)	(778)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Alexandre Rodrigues Pereira
 Assinado de forma digital por
 ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
 Dados: 2020.09.14 14:50:07 -03'00'

Presidência
 Alexandre Rodrigues Pereira
 Presidente

Valquíria Xavier Delmondes
 Assinado de forma digital por
 VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
 Dados: 2020.09.14 11:14:26 -03'00'

75104
 Diretoria
 Valquíria Xavier Delmondes
 Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Tatiane Dutra Rosa Peres
 Assinado de forma digital por
 TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
 Dados: 2020.09.11 18:41:31 -03'00'

Contador
 Tatiane Dutra Rosa Peres
 CRC/RJ 095.058/O-8 CPF: 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS DOIS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 (MÉTODO INDIRETO)
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

	30/06/2020	R\$ mil 30/06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO	(778)	5.529
Ajustado por:		
Desvalorização de Outros Valores e Bens	2.588	446
Depreciações e Amortizações	1.129	1.217
Provisão para Perdas c/ Operações de Crédito	1.144	807
Provisão Passivo Contingente	8	-
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	4.091	7.999
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(11.520)	(1.082)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	-5.684	10.005
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(38.380)	(12.656)
Redução (aumento) em Outros Créditos	(1.211)	(2.682)
Aumento (redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(1)	9
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	(92)	195
(Redução) aumento em Outras Obrigações	33.848	4.047
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.428)	6.917
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(52)	(11)
Baixa de Imobilizados	180	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	128	(11)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	7.288	(6.905)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	7.288	(6.905)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	(12)	1
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	38	6
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	26	5
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	(12)	1

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Assinado de forma digital por ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA:15364657809
Dados: 2020.09.14 14:47:27 -03'00'

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Assinado de forma digital por VALQUIRIA XAVIER DELMONDES:10377875104
Dados: 2020.09.14 11:10:58 -03'00'

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Assinado de forma digital por TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Dados: 2020.09.11 18:40:56 -03'00'

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 CPF: 086.192.197-66

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO, e é operadora do Programa Fomenta Maricá de oferta de créditos orientados no município de Maricá, cujos recursos são oriundos do Fundo Soberano de Maricá. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

**NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil por meio das Resoluções CMN n.º 4.280, de 31.10.2013, CMN n.º 4.517, de 24.08.2016, e da Circular Bacen n.º 3.701, de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições financeiras e assemelhadas, não devendo assim serem confundidas com o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais “Demonstrações Contábeis Consolidadas Societárias”, as quais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do CMN, do Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da AGERIO e do fundo de investimentos financeiros do qual a empresa do Conglomerado é única beneficiária e detentora das principais obrigações (FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA AGERIO RENDA FIXA).

As cotas deste fundo de investimento são custodiadas pela Caixa Econômica Federal. A aplicação é feita em fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 41	Resultado por Ação	06/08/10	IAS 33	3.959/19
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	20/12/12	IFRS 13	4.748/19

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a AgeRio como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

A AgeRio possui participação de 100% no “Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa”, cujo patrimônio líquido em 30 de junho de 2020 é de R\$ 198.341 (R\$ 203.826 em 31/12/2019) e o resultado do semestre é de R\$ 3.494 (R\$ 15.545 em 31/12/2019).

Em 28 de julho de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado/intangível, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A AgeRio vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são incluídas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016 que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

A AgeRio também investe em cotas de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine). Os ativos desse Fundo são registrados com base em seus custos de aquisição, ajustados por amortizações e provisões. Para esse tipo de Fundo, o reconhecimento de rendimento também tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Instrução CVM nº 577 de 07 de julho de 2016 e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos são registrados da seguinte forma:

- I. Na data da operação: os instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato.
- II. Diariamente: ajustados pelo valor de mercado dessas operações, sendo os seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado, nas rubricas “Ganhos com derivativos” e “Perdas com derivativos”.

f) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

f.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal.

f.2) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 6.

f.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Com a emissão da Resolução BCB nº 4.782 de 16/03/2020, é facultada às instituições financeiras a possibilidade de renegociação com manutenção do rating em 29/02/2020, até a data de 30/09/2020, das operações presentes na carteira de crédito da instituição em 29/02/2020, com atraso inferior a 15 dias e que não estivessem classificadas como ativo problemático.

g) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

h) Ativo Permanente

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 9).

O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. (Nota 9)

i) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

j) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% a partir de 1º de março de 2020, nos termos da alteração foi promovida pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (Reforma da Previdência). De 1º de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020 o cálculo foi efetuado à alíquota de 15% (artigo 1º da Lei nº 13.169, de 2015).

l) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

m) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “d2”.

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

n) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059/2019) e que demonstrem a realização futura destes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 4 – MUDANÇA NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

Desta forma, a AgeRio realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva Circular. Abaixo, destacamos as principais alterações:

- (i) As contas do Balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário;
- (ii) Os saldos do Balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo semestre do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- (iii) Inclusão da Demonstração do resultado abrangente;
- (iv) Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários	30/06/2020	31/12/2019
I – Curto Prazo	30.651	227.176
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	19.187	13.916
Cotas de Funcine (ii)	806	1.051
Letras do Tesouro Nacional	-	201.728
Títulos Públicos Federais - LFT	10.656	10.472
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	9
II – Longo Prazo	284.893	82.684
Títulos Públicos Federais - LFT	49.546	48.693
Títulos Públicos Federais - NTN	85.372	-
Títulos Públicos Federais - LTN	110.836	-
Cotas de Fundos em Participações (ii)	38.218	33.059
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	389	410
Cotas de Fundo em Empresas	-	522

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários	30/06/2020	31/12/2019
Vinculados à Prestação de Garantias	532	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	315.544	309.860

- (i) Compreendem as Cotas do Fundo de Investimentos em Renda Fixa (Fundo Gov PP) administrado pelo Banco Bradesco. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.
- (ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine) atua especificamente com projetos do setor audiovisual obtendo participação nas receitas geradas. A Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, normatiza a atuação dos FIPs e a Instrução CVM nº 398, de 28 de outubro de 2003, normatiza a atuação dos Funcines. Vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI Financeiro I	R\$ 10.000	R\$ 9.780	R\$ 29.681
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.371	R\$ 2.934
Nascenti	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.625
Funcine Rio 1	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 806
Br Startups	R\$ 6.000	R\$ 3.216	R\$ 2.978
Total (ii)	R\$ 25.000	R\$ 21.367	R\$ 39.024

Devido ao prazo de encerramento do Funcine Rio 1 em 23/12/2019 e à dificuldade de alienação de seus ativos de baixa liquidez a preço justo, foi deliberada e aprovada na Assembleia Geral de Cotistas, iniciada em 19/12/2019 e finalizada em 02/04/2020, a transferência desses ativos diretamente aos cotistas, proporcionalmente às suas participações no Fundo. Dado o prazo estabelecido na Instrução CVM 398 de 28/10/2003, o Fundo tem até a data de 29/09/2020 para finalizar tal transferência.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

- (iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 45	R\$ 45	R\$ 81
FGO	R\$ 140	R\$ 140	R\$ 308
Total (iii)	R\$ 185	R\$ 185	R\$ 389

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações 30/06/2020	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 30/06/2020 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações 31/12/2019	Valor da Provisão 31/12/2019
AA	-		-			-	-
A	77.497	0,5	387		387	64.874	324
B	92.490	1	925		925	86.933	875
C	87.572	3	2.627	897	3.524	68.644	3.049
D	519	10	52	3	55	260	29
E	79	30	24		24	23	7
F	4.777	50	2.388	2	2.390	3.632	1.820
G	11.382	70	7.968	1.335	9.303	11.569	9.399
H	8.771	100	8.771		8.771	18.215	18.175
TOTAL	283.087		R\$23.142	2.237	25.379	254.150	33.678

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	33.678	32.585
Constituição da provisão	1.886	5.161
Constituição da provisão adicional	54	19
Reversão de provisão	(857)	(1.960)
Créditos baixados para Prejuízo	(9.382)	(2.127)
Saldo no fim do período	25.379	33.678

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	30/06/2020	31/12/2019
Setor Privado	55.928	51.860
Recursos Próprios	37.616	32.634
Repasse	18.312	19.226
Setor Público	4.616	4.682
Recursos Próprios	4.600	4.566
Repasse	16	116
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.308)	(11.783)
Saldo Final do Período	51.236	44.759

Longo Prazo	30/06/2020	31/12/2019
Setor Privado	208.280	183.517
Recursos Próprios	160.226	136.297
Repasse	48.054	47.220
Setor Público	14.263	14.091
Recursos Próprios	14.263	14.091
Repasse	0	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(16.071)	(21.895)
Saldo Final do Período	206.472	175.713

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

	30/06/2020	31/12/2019
Vencidas	3.886	3.411

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

Até 60 dias	1.566	873
De 60 dias a 180 dias	811	1.243
Acima de 180 dias	1.509	1.295

	30/06/2020	31/12/2019
Vincendas	279.201	250.739
Até 180 dias	21.808	25.268
De 181 a 360 dias	34.850	27.863
Acima de 360 dias	222.543	197.608

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de atividade	30/06/2020	31/12/2019
Administração pública	13.287	15.443
Alimentos e Bebidas	22.089	21.109
Comércio	61.144	45.129
Construção e Imobiliário	9.524	8.560
Educação, Saúde e outros	21.026	20.886
Máquinas e equipamentos	3.806	2.582
Mineração	153	1.631
Químico e Petroquímico	4.702	4.408
Serviços Privados	34.018	35.370
Telecomunicações	19.907	18.756
Outros	93.431	80.276
Total	283.087	254.150

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2020	31/12/2019
Curto Prazo	3.255	2.838
Impostos e Contribuições a Compensar	1.173	-
Adiantamentos e Antecipações	831	162
Devedores por depósito em garantia	80	80
Conta transitória de financiamento	1.124	2.555
Diversos	47	41
Longo Prazo	2.181	1.386
Impostos e Contribuições a Compensar	2.181	1.386
Total	5.436	4.224

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

O saldo da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se aos valores de parcelas baixadas no último dia útil do mês a serem conciliados com o extrato do banco do 1º dia útil do mês seguinte.

NOTA 8 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	28.729	28.729
<i>Impairment</i> de Bens não de Uso	(9.251)	(6.664)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

NOTA 9 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2020
Custo de aquisição		11.819	51	-	11.870
Edificações	1,6%	8.865	-	-	8.865
Instalações	10%	6	-	-	6
Móveis e Equipamentos	10%	916	-	-	916
Sistemas de Comunicação	10%	48	1	-	49
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.984	50	-	2.034
Depreciação Acumulada		(8.538)	(482)	-	(9.020)
IMOBILIZADO DE USO		3.281	(431)	-	2.850

O item “Edificações”, refere-se ao imóvel da sede da AgeRio, que foi reavaliado em mais de 25 anos de vida útil remanescente a partir de 06/2020, Assim, a taxa de depreciação aplicada para , que em 31/12/2019 era de 8%, passou a ser 1,58% em 30/06/2020.

Em 30 de Junho de 2020, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 10 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2020
Custo de aquisição	14.272	-	(288)	13.984
Licenças Antes de 01/10/2013	126	-	-	126
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
Licenças A Partir de 01/10/2013	14.146	-	(288)	13.858
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	-	(288)	12.545
Amortização Acumulada	(6.245)	(647)	108	(6.784)
ATIVOS INTANGÍVEIS	8.027	(647)	(180)	7.200

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.

Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	30/06/2020	31/12/2019
CURTO PRAZO	19.208	18.512
BNDDES	4.901	6.023
FINAME	887	1.489
FINEP	11.274	11.000
FUNGETUR	326	-
CEF	1.820	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

	30/06/2020	31/12/2019
LONGO PRAZO	53.714	47.123
BNDES	3.812	5.772
FINAME	1.269	1.670
FINEP	36.255	39.681
FUNGETUR	4.159	-
CEF	8.219	-

Correspondem a recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	30/06/2020	31/12/2019
Até 180 dias	8.763	10.132
De 181 a 360 dias	10.445	8.380
Acima de 360 dias	53.714	47.123
Vincendas	72.922	65.635

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	30/06/2020	31/12/2019
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.484	2.484
JCP - Governo do Estado do RJ	4.716	4.716
Total	7.200	7.200

Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	574	225
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	2.301	444
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	21	23
Impostos e Contribuições s/ salários	1.010	1.288
Total	3.906	1.980

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

c) Recursos para Destinação Específica

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos FUNGETUR (i)	20.396	6.619
Recursos FEMPO (ii)	2.456	-
Recursos Fomenta Maricá (ii)	18.107	-
Total	40.959	6.619

- (i) Referente a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), para concessão de operações de créditos de projetos vinculados ao setor do turismo.
- (ii) Na composição dessa rubrica são registrados também os recursos recebidos, na condição de Agente Financeiro e Administrador do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado – FEMPO e do Fundo Soberano de Maricá, para posterior liberação de operações de crédito.

d) Diversas

d.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão Para Despesas de Pessoal	4.997	3.976
Outras Despesas Administrativas	47	91
Outros Pagamentos	52	52
Total	5.096	4.119

d.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	30/06/2020	31/12/2019
FGI – Honra recebida	124	124
Passivos Trabalhistas	252	252
Contingências Cíveis	8	-
Total	384	376

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas e cíveis foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, estima-se em 30/06/2020 o montante de R\$ 649 mil em ações ordinárias nas quais a AgeRio é ré. Em 31/12/2019 o valor estimado era de R\$ 2.946 mil.

d.3) Credores Diversos no País

	30/06/2020	31/12/2019
Repasses FUNDES	2.497	6.864
Adiantamento de Clientes	483	-
Liberações AgeRio	476	-
Outros	889	875
Total	4.345	7.739

Total Diversas	9.825	12.234
-----------------------	--------------	---------------

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se principalmente aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e que serão repassados ao FREMF, FEMPO e Tesouro do Estado.

O saldo de adiantamento de clientes refere-se à alienação de imóveis classificados em Bens de Não Uso em fase de registro de documento para efetivação da transferência do bem.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 mil (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	170.880.389

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 14 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	30/06/2020	30/06/2019
Receita com Operações de Crédito	9.404	7.370
Receita com Títulos Públicos Federais	4.423	10.469
Resultado com Fundos de Investimentos Renda Fixa	152	229
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	5.795	7.649
Receitas com Fundos Garantidores	12	-
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	171	31
Total	19.957	25.748

b) Receita com a Prestação de Serviços

	30/06/2020	30/06/2019
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	5.385	6.215
Receita com Tarifas	1.313	910
Total	6.698	7.125

c) Despesa de Pessoal

	30/06/2020	30/06/2019
Proventos	8.440	8.343
Encargos Sociais	2.920	2.851
Honorários de diretores e conselheiros	773	846
Benefícios	2.573	2.403
Treinamentos	18	63
Estagiários	256	225
Total	14.980	14.731

d) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Despesa de Energia Elétrica	110	92

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

	30/06/2020	30/06/2019
Despesa de Aluguéis	15	18
Despesa de Comunicação	60	100
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	105	125
Despesa com Materiais	7	29
Despesa Processamento de Dados	1.009	983
Despesa Promoções e Relações	52	26
Despesa de Propaganda e Publicações	36	65
Despesa de Seguros	46	40
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	62	55
Despesa com Serviço de Terceiros	546	408
Despesa Serviço de Vigilância	39	38
Despesa Serviço Técnico Especializado	45	69
Despesa de Transporte	66	69
Despesa com Viagens	25	56
Outras Despesas Administrativas	609	761
Despesa com Depreciação e Amortização	1.129	1.217
Total	3.961	4.151

e) Despesas Tributárias

	30/06/2020	30/06/2019
ISS	169	170
COFINS	1.030	1.246
PIS	167	202
Outros Impostos e Taxas	78	76
Total	1.444	1.694

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2020		30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	1.525	1.525	9.820	9.820
(+) Adições	3.884	3.884	1.296	1.296
(-) Exclusões	(119)	(119)	(152)	(152)
Lucro Líquido Ajustado	5.290	5.290	10.964	10.964
IR - 25% e CSLL - 20% (2020) e 15% (2019)	1.243	1.058	2.645	1.645
Total IR e CSLL	2.301		4.290	

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

As operações em mercados de derivativos foram utilizadas pelo Fundo de Investimento Caixa AgeRio Renda Fixa com o objetivo adequar sua carteira à política de investimento do mesmo, até o limite das posições detidas à vista.

NOTA 17 – SEGUROS

SEGURO	VIGÊNCIA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO/GARANTIA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2020 a 25/02/2021	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2020 a 17/04/2021	15.000

Em 30 de junho de 2020, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 18 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	466.819	468.462
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	422.284	423.927
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	431.608	445.974
- RWA _{CPAD}	322.194	302.707
- RWA _{OPAD}	109.414	143.267
- RWA _{MPAD}	0	0
RBAN	965	154

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

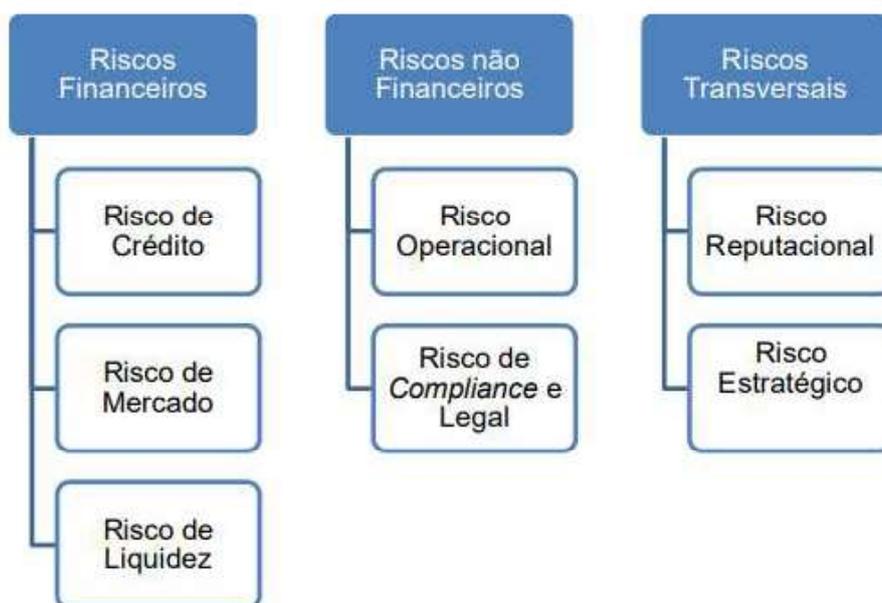
Limite para Imobilização (LI)	211.142	211.964
Situação para Limite de Imobilização	2.850	3.281
Índice de Imobilização (II)	0,67%	0,77%
Índice de Basiléia (IB)	97,84%	95,06%

NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as práticas de mercado, além das recomendações dos supervisores e reguladores e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

Os principais riscos mensuráveis e quantificáveis, considerados relevantes para definição do apetite a riscos da AGÊNCIA, em razão da magnitude e natureza das suas operações, são os riscos de crédito, liquidez e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

c) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

II – Análise de Sensibilidade

Com base no disposto na Circular Bacen nº 3.959/2019, a AgeRio considera a análise de sensibilidade advinda do “Programa de Testes de Estresse” para avaliar as incertezas nas estimativas de ativos e passivos, cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Programa de Teste de Estresse da AgeRio, utiliza parâmetros para avaliar o impacto na liquidez e na carteira de crédito ativa da Instituição, a partir da data-base de 30/06/2020. Os resultados são demonstrados a seguir, para cada parâmetro:

Parâmetro I: Classificação de Risco das operações em carteira.

Provisão total da carteira de crédito da AgeRio - R\$ 25.379.267,73.

Cenário	Provisionamento	Aumento de Provisão
<i>Downgrade 01 nível na carteira ativa</i>	R\$ 31.497.092,30	R\$ 6.117.824,57
<i>Downgrade 02 nível na carteira ativa</i>	R\$ 49.863.405,67	R\$ 24.484.137,94
<i>Downgrade 03 nível na carteira ativa</i>	R\$ 81.901.340,82	R\$ 56.522.073,09

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

Parâmetro II: Recebimentos mensais – Carteira Ativa Total

Cenário	Perdas
Inadimplência em 20% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 5.267.493,62
Inadimplência em 30% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 7.901.240,43
Inadimplência em 50% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 13.168.734,05

Parâmetro III – Variações da taxa de Juros – SELIC

Choque de Taxas de juros no retorno dos Ativos	DP = 1,143235 p.p.				
	Ocorrência Junho/2020	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	R\$ 537.243	-1 DP R\$ 482.445	-2 DP R\$ 427.080	+1 DP R\$ 591.486	+2 DP R\$ 645.185
Impacto		-R\$ 54.798	-R\$ 110.163	R\$ 54.243	R\$ 107.942
Receitas de Financiamentos	R\$ 1.343.251	R\$ 1.311.110	R\$ 1.217.033	R\$ 1.496.281	R\$ 1.587.418
Impacto		- R\$ 32.141	- R\$ 126.218	R\$ 153.030	R\$ 244.167

DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 3 anos.

Choque de Taxas de juros no recebimento de parcelas	DP = 1,143235 p.p.				
	Ocorrência Junho/2020	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Entradas de Parcelas de Crédito	R\$ 2.505.056	-1 DP R\$ 2.521.066	-2 DP R\$ 2.537.076	+1 DP R\$ 2.489.047	+2 DP R\$ 2.473.037
Impacto		R\$ 16.010	R\$ 32.020	- R\$ 16.009	- R\$ 32.019

DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 3 anos ((considerando a inadimplência advinda do aumento da taxa SELIC - série histórica de inadimplência Br - BCB)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 20 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AGÊNCIA possui uma estrutura normativa e procedimental, que percorre toda a organização, a fim de evitar que a instituição seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FT). A prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, no âmbito da AgeRio, é constituída pelas diretrizes e processos das Políticas “Conheça seu Cliente”, “Conheça seu Empregado” e “Conheça seu Fornecedor”, pautando o exercício de nossas atividades pelo conhecimento fundamentado com aqueles que nos relacionamos, bem como constante treinamento dos nossos empregados e parceiros nas medidas de PLD/FT.

A cultura de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é um pilar estruturante da AGÊNCIA, com apoio da Alta Administração, e serve de norte para o cumprimento de nossa missão institucional.

Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na nota explicativa número 13.

A remuneração com os administradores no 1º semestre de 2020, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 936 mil (R\$ 1.031 mil no 1º semestre de 2019).

NOTA 22 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 23 – IMPACTOS DA PANDEMIA - COVID 19

Desde o início da pandemia provocada pelo Corona vírus (COVID-19), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, bem como pelo Governo Federal, a AgeRio mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos das autoridades, mantendo o regime de trabalho dos empregados em *home office* e aumentando a comunicação sobre as medidas de prevenção ao vírus, bem como fortalecendo os meios de trabalho remoto.

O BACEN tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela pandemia, como medidas facilitadoras de renegociações de operações de crédito sem o aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

A Administração da Agência tem monitorado os efeitos provocados pelo COVID-19 em suas operações e resultados, e envida os os melhores esforços para prover informações que espelhem a sua realidade econômica.

No 1º semestre de 2020 observa-se o aumento em operações de créditos de microempreendedores e empresas de pequeno e médio portes, assim como um crescimento nas solicitações de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de financiamento. Foram observados também, efeitos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a ampliação da participação da AgeRio como operadora de recursos de terceiros, estratégia destinada a fortalecer as fontes de recursos voltadas a socorrer e fortalecer as empresas fluminenses, ajudando-as a combater os efeitos da pandemia do Covid-19.

No que tange aos seus investimentos, cabe destacar que a Agência não possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Multimercado e/ou em aplicações em renda variável, sendo as suas aplicações de disponibilidades financeiras realizadas em Fundos de Investimentos lastreados por Títulos Públicos Federais. Sobre as aplicações em Fundos de Participações (FIPs), em nenhum dos investimentos há a presença de empresas de capital aberto.

Como vem sendo amplamente divulgado, os efeitos referentes ao Covid-19 ainda possuem elevado grau de incerteza e desta forma, por serem de difícil mensuração, permanecerão sendo acompanhados pela Administração da Agência, que seguirá atenta e cuidadosa a toda e qualquer informação ou evento relacionados ao COVID-19, com o intuito de refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente em suas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 24 – EVENTO SUBSEQUENTE

Operacionalização de novas fontes de recursos

. A AgeRio formalizou parceria com os municípios Niterói e Paraty para operacionalização de programas de crédito com recursos oriundos de fundos municipais voltados aos empreendimentos localizados nas respectivas cidades impactadas pela pandemia. A Agência é remunerada pela prestação dos serviços na forma estabelecida nos contratos administrativos firmados com os municípios.

Venda de imobilizado

Em julho de 2020 a AgeRio também concretizou a alienação de um dos imóveis não de uso, para o qual já havia recebido adiantamento(nota explicativa 12 – d3).

Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio

Em 10 de julho de 2020 foi arquivado na JUCERJA o documento da destinação do Juros Sobre Capital Próprio para o aumento de Capital da AgeRio aprovado pelo Conselho de Administração, na Assembleia Geral de 9 de dezembro de 2019.

TATIANE DUTRA
ROSA
PERES:08619219766

Assinado de forma digital por
TATIANE DUTRA ROSA
PERES:08619219766
Dados: 2020.09.11 18:43:42
-03'00'

Tatiane Dutra Rosa Peres
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8
CPF: 086.192.197-66

VALQUIRIA XAVIER
DELMONDES:10377
875104

Assinado de forma digital por
VALQUIRIA XAVIER
DELMONDES:10377875104
Dados: 2020.09.14 11:23:56 -03'00'

Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Risco

ALEXANDRE
RODRIGUES
PEREIRA:15364657809

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE RODRIGUES
PEREIRA:15364657809
Dados: 2020.09.14 14:46:07 -03'00'

Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

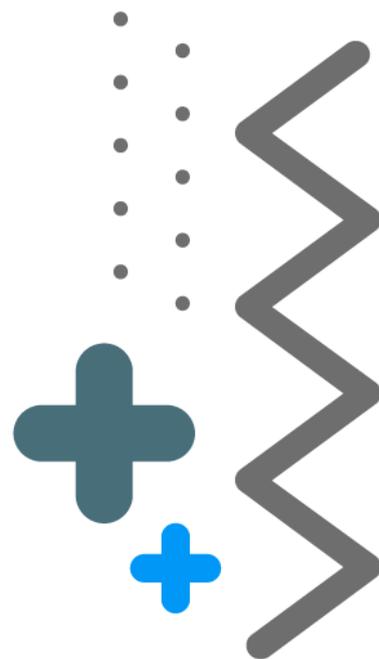
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

(RE Comitê de Auditoria 05/2020)

Primeiro semestre de 2020



www.agerio.com.br



1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento de modo permanente, é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Flavio Correia Santos e sendo presidido pela Sra. Carla Christina Fernandes Pinheiro. Todos exercendo o primeiro mandato e com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no primeiro semestre de 2020, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** Na reunião de junho de 2020, o Comitê de Auditoria recomendou à administração da AGÊNCIA sobre a necessidade do Auditor Interno ter, no quadro da unidade de Auditoria Interna, o apoio de um analista para a realização das atividades da referida unidade. Tal recomendação está sendo analisada pela administração da AgeRio. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AgeRio está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, desse modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às

Demonstrações Financeiras apresentadas. **7 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), das áreas de gestão de Riscos Corporativos e de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, ambas referentes ao primeiro semestre de 2020, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020.

COMITÊ DE AUDITORIA: Carla Christina Fernandes Pinheiro (Presidente) – Flavio Correia Santos (Membro).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Agência Estadual de Fomento
Presidência

PARECER N° 19/2020 – **CONSELHO FISCAL DA AGERIO - RIO DE JANEIRO, 23 DE SETEMBRO DE 2020.**
PROCESSO N° SEI-220009/000246/2020
INTERESSADO: GABINETE DA PRESIDÊNCIA/SECRETARIA DE GOVERNANÇA, CONSELHO FISCAL
ASSUNTO: **Parecer conclusivo sobre a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, referentes ao primeiro semestre de 2020.**

Ref.: Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance) n° 770/2020 e 771/2020 e Resoluções de Diretoria Executiva n° 621/2020 e 622/2020.

1 DOS FATOS

1.1 Trata-se, em síntese, de apresentar parecer conclusivo ao Conselho de Administração opinando sobre a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, referentes ao primeiro semestre de 2020, conforme disposto no art. 15, inciso II, alínea “n”, do Estatuto Social da AGÊNCIA.

1.2 Na Reunião do Conselho Fiscal, realizada na presente data, a Sra. Presidente e os demais Conselheiros examinaram a seguinte documentação, por meio, respectivamente, das Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance) n° 770/2020 e 771/2020:

a) minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2020 (compostas pelas seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas), juntamente com o parecer da Auditoria Interna e o relatório da Auditoria Independente (Externa); e

b) Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial referente ao primeiro semestre de 2020 (compostas pelas seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas), juntamente com o parecer da Auditoria Interna e o relatório da Auditoria Independente (Externa).

1.3 Cumpre informar que as Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance) n° 770/2020 e 771/2020 foram submetidas para deliberação em âmbito de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva (ROD), realizada em 15 de setembro de 2020, tendo sido aprovadas, por unanimidade, e emitidas, respectivamente, as Resoluções de Diretoria Executiva n° 621/2020 e 622/2020.

1.4 Dessa forma, o Colegiado, após análise das referidas Propostas de Resoluções e suas respectivas Resoluções de Diretoria Executiva, mandou que se lavrasse o presente parecer, contemplando o seu posicionamento sobre os temas em questão.

1.5 É o relatório. Passa o Conselho Fiscal a opinar.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Dispõe o art. 15, inciso II, alínea “n”, do Estatuto Social da AGÊNCIA:

Art. 15 – **Compete ao Conselho de Administração** as atividades previstas na Lei Federal nº 6.404/76, ou outra que venha substituí-la ou alterá-la, observada a regulamentação pertinente, e **também:**

(...)

II – deliberar sobre:

(...)

n) a minuta do relatório da administração, **ao fim de um semestre** e anualmente, **acompanhado** do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, **com os pareceres** das Auditorias Interna e Externa e **do Conselho Fiscal** e, se for o caso, a proposta de destinação do resultado do exercício; (grifo nosso)

2.2 Dessa forma, para fins de cumprimento do disposto acima, torna-se necessário que seja **ouvido o Conselho Fiscal, por meio da emissão de parecer.**

2.3 Para tanto, a Diretoria Executiva apresentou a este Colegiado as Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance) nº 770/2020 e 771/2020 e suas respectivas Resoluções de Diretoria Executiva nº 621/2020 e 622/2020, que têm por objeto a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao primeiro semestre de 2020.

2.4 Sendo assim, já tendo examinado a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, ambas referentes ao primeiro semestre de 2020, e compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas, juntamente com o parecer da Auditoria Interna e o relatório da Auditoria Independente (Externa), o Conselho Fiscal, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, opina favoravelmente com relação ao seu encaminhamento ao Conselho de Administração por entender que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, patrimonial e fiscal da AGÊNCIA, encaminhando para sua aprovação.

3 CONCLUSÃO

3.1 O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., no uso das suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente sobre a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, referentes ao primeiro semestre de 2020, conforme disposto no item 2.4 do presente parecer, analisa e, de acordo com o Parecer da Auditoria Interna e o Relatório da Auditoria Independente (RAI), também não tem ressalvas a fazer e encaminha para a aprovação do Conselho de Administração de acordo com o que determina o estatuto.

É o parecer.

CELSO MARCON
CONSELHEIRO
Membro

CHERYL BERNO
CONSELHEIRA
Membro

SERGIO RICARDO CIAVOLIH MOTA
CONSELHEIRO
Membro

PRISCILA HAIDAR SAKALEM
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **CHERYL BERNO, Usuário Externo**, em 24/09/2020, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Marcon, Usuário Externo**, em 24/09/2020, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Haidar Sakalem, Assessora Especial**, em 24/09/2020, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Ricardo Ciavolih Mota, Usuário Externo**, em 24/09/2020, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8421260** e o código CRC **9C1B76D9**.